

O Estado de São Paulo
Sábado, 8 de agosto de 1998

Uma via brasileira

Convergência de FHC com a socialdemocracia europeia e ilusória

*MARCELO DE PAIVA ABREU**

Será que alguém acredita mesmo que faça sentido procurar comunhão de desafios e soluções entre a socialdemocracia brasileira, tal como explicitada no governo Fernando Henrique Cardoso, e o governo Blair na Grã-Bretanha? Muitos dos comentários sobre a pretensa convergência das duas versões de socialdemocracia rumo a uma “terceira via” dependem de visões muito peculiares da história política dos dois países. É verdade que a convergência superficial entre a socialdemocracia europeia e a versão brasileira tem a virtude de possibilitar a aproximação política com parceiros selecionados entre os países desenvolvidos. Com base nessas relações especiais, será talvez possível melhorar as condições de diálogo com o mundo desenvolvido, problema fundamental enfrentado pela diplomacia brasileira no momento atual. Mas a substância para justificar a convergência é bem modesta.

Para considerar seriamente o governo neotrabalhista de Blair como uma terceira via entre capitalismo e socialismo seria necessário levar a sério o compromisso do trabalhismo convencional britânico com o socialismo, tal como entendido no continente europeu e alhures. Quando o trabalhismo britânico chegou ao poder, primeiro meteoricamente no início dos anos 20, depois com a vitória de Ramsay MacDonald em 1929, já havia perdido o radicalismo original. O mais próximo que o Partido Trabalhista chegou do socialismo no governo foi após a retumbante vitória contra Churchill em 1945. A marca do novo governo foi seu amplo programa de nacionalizações e a reforma dos serviços de saúde instituída por Aneurin Bevan. A lista de setores em mãos do Estado britânico ao final dos 40 é longa: ferrovias, carvão, gás, eletricidade, siderurgia, transporte aéreo, transporte rodoviário, telefones, água, rádio e televisão. Mas, a menos da indústria siderúrgica e do transporte rodoviário, em vista do escasso interesse do setor privado em voltar às atividades de baixo retorno que haviam sido transferidas ao Estado durante o governo Attlee, as nacionalizações trabalhistas não foram revertidas nos governos conservadores seguintes. Portanto, não é fácil caracterizar, nem os conservadores pré-Thatcher como engajados pró-capitalistas, nem os trabalhistas como socialistas. Se alguém recuperou o compromisso conservador com a primeira via foi a senhora Thatcher com seu maciço programa de reformas.

Por outro lado, os esforços de diferenciação do novo trabalhismo de Blair em relação ao thatcherismo não parecem suficientes para caracterizar uma terceira via em relação a capitalismo ou socialismo, resumindo-se no plano concreto a modestos esforços de provisão pública de serviços sociais adicionais. Pode ser também mencionado o atraso, também modesto, no programa de investimento em termoelétricas a gás que contribuirão para desempregar os remanescentes 10 mil mineiros na extração de carvão, indústria que chegou a empregar mais de 1,1 milhão no pico em 1913 e 500 mil ainda em meados dos anos 60. O governo Blair, à feição dos pequenos terceiros partidos surgidos como cisões do partido trabalhista na década de 70, mais parece estar associado a uma primeira via recauchutada e com discurso menos inflamado do que o de qualquer terceira via.

Também do lado brasileiro é difícil caracterizar o atual governo como associado à terceira via, isto é, à superação de alinhamento com a via capitalista ou com o caminho socialista rumo ao desenvolvimento econômico e social. Um elemento essencial do programa de fato do governo era seu compromisso com a realização de reformas institucionais que significariam o enfraquecimento das raízes do clientelismo no Estado brasileiro. Isso propiciaria a solução de forma permanente do conflito distributivo que havia conduzido à aceleração inflacionária e à paralisação do crescimento. Embora pudesse ser enxergado aí um parentesco com as reformas thatcheristas, do ponto de vista da substituição de decisões discricionárias pelos mecanismos de mercado, essa semelhança oculta características essenciais do programa proposto pelo candidato socialdemocrata. O programa implicava a reformulação profunda do que ainda era essencialmente o modelo de crescimento consagrado sob a ditadura militar que, por sua vez, tinha raízes profundas em práticas tradicionais de extração de benesses do Estado. Ao propor que se vedasse o acesso de agentes econômicos privilegiados aos favores distribuídos discricionariamente pelo Estado, e enfatizar a importância de argumentos de equidade, o programa do presidente ocupava espaços importantes que deveriam constar da plataforma dos partidos à sua esquerda. Isso ocorreu a despeito da coalizão governamental incluir partidos políticos de centro-direita com longa história de ordenha do Estado brasileiro. O governo tornou-se, assim, paladino de reformas em nome do interesse coletivo: Previdência Social, serviço público, privatização. A oposição, por seu lado, escolheu o caminho da preservação de privilégios e da má gestão, convergindo, reconheça ou não, para posições muito semelhantes às dos segmentos mais fisiológicos da coalizão governamental.

Da mesma forma que, em 1994, os mais importantes economistas da oposição asseguraram o sucesso eleitoral retumbante de Fernando Henrique com o seu diagnóstico totalmente equivocado sobre o futuro do Plano Real, no quadro político mais amplo, a oposição entregou de mão beijada elementos substanciais do que deveria ser a plataforma de defesa legítima dos interesses populares. Essa atitude, ao reduzir a credibilidade da oposição e comprometer seu futuro eleitoral, também enfraquece a posição dos setores efetivamente reformistas na coalizão governamental forçando ou permitindo concessões indesejáveis. Uma oposição sem credibilidade enfraquece a capacidade de formulação e a resolução política da coalizão situacionista.

Nesse quadro, e ao arrepio de formulações iniciais, várias decisões recentes do governo configuram, caso mantidas, ameaça ao sucesso da estabilização sustentada. A volta ao caminho do equilíbrio requererá importante reversão dessa atitude, marcada essencialmente por acomodações de cunho eleitoral. A dúvida que se apresenta é se depois de outubro o sentido histórico do presidente prevalecerá sobre os novos obstáculos políticos à volta da preponderância das virtudes cívicas. Esse é o único caminho para que, de novo, a estabilização sustentada seja percebida como provável no longo prazo.

* Marcelo de Paiva Abreu é Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.